

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI
CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

JOÃO ALEXANDRE DE SOUSA CUNHA

JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADE E SILVA: UM PERSONAGEM PELA
INDEPENDENCIA DO BRASIL NAS PÁGINAS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA (1961-1996)

TERESINA-PI
2025

JOÃO ALEXANDRE DE SOUSA CUNHA

**JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA: UM PERSONAGEM PELA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NAS PÁGINAS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA (1961-1996)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual do Piauí como requisito para
obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em
História.

Orientador: João Batista Vale Junior

TERESINA-PI
2025

C972j Cunha, Joao Alexandre de Souza.

José Bonifácio De Andrada E Silva: um personagem pela
independência do Brasil nas páginas dos livros didáticos de História
(1961-1996) / Joao Alexandre de Souza Cunha. - 2025.
50f.: il.

Monografia (graduação) - Curso de Licenciatura em História,
Centro de Ciências e Letras Humanas - CCHL da Universidade
Estadual do Piauí, 2026.

"Orientador: Prof. Dr. João Batista Vale Junior".

1. José Bonifácio. 2. Independência. 3. Brasil. I. Junior, João Batista Vale
. II. Título.

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI ANA ANGELICA
PEREIRA TEIXEIRA (Bibliotecário) CRB-3ª/1217

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter sustentado meus passos, renovado minhas forças e iluminado meu caminho durante toda esta jornada acadêmica. Sem Sua graça e misericórdia, nada disso seria possível.

Às minhas queridas mães, **Maria Auzenir** e **Mirian de Souza**, minha eterna gratidão por todo amor, incentivo e apoio incondicional. Vocês são exemplos de dedicação, força e carinho, e me inspiram diariamente a nunca desistir.

Ao meu pai, **José Alves**, agradeço pelo esforço, conselhos e encorajamento, mesmo nos momentos mais difíceis. Seu exemplo de perseverança foi essencial para que eu chegasse até aqui.

E, por fim, deixo registrado este versículo que expressa minha gratidão:

"Em tudo dai graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco." (1 Tessalonicenses 5:18)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar os principais aspectos relacionados a participação de José Bonifácio de Andrade e Silva na consolidação do processo de independência do Brasil, desde sua atuação como um dos ministros de Dom Pedro II até seu exílio da vida política. Para tanto foi utilizada como metodologia pesquisa qualitativa a partir da análise bibliográficas e documentais, essas manifestadas nas imagens obtidas na internet e dos livros didáticos de História entre os anos de 1961-1996. O interesse por esse tema de estudo é justificado pela relevância de se tratar a independência do Brasil sobre uma perspectiva que ultrapasse a historiografia política tradicional, evidenciando a participação de expoentes além de Dom Pedro I no processo de emancipação e como os livros didáticos de História produzidos entre os anos de 1960-1990 abordam esse assunto. Essa pesquisa não esgota na monografia, mas abre diversas oportunidades de compreensão sobre personagens históricos brasileiros estudados nos livros didáticos de História do Brasil por meio de pesquisa em torno de sua abordagem nos livros atuais de História e sua ressignificação de participação na historiografia brasileira. José Bonifácio de Andrade, com sua importância para o Brasil novos estudos em articulação com outras fontes a serem reveladas podem superar abordagens saudosistas e manter uma pesquisa pautada numa crítica e reflexão das contribuições e questionamento vivenciados por tais personalidades na História brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: José Bonifácio. Independência. Brasil. História

ABSTRACT

This research aims to present the main aspects related to the participation of José Bonifácio de Andrade e Silva in the consolidation of the Brazilian independence process, from his role as one of Dom Pedro II's ministers to his exile from political life. For this purpose, qualitative research was used as a methodology based on bibliographic and documentary analysis, which was manifested in images obtained from the internet and from History textbooks between the years 1961-1996. The interest in this study topic is justified by the relevance of treating Brazilian independence from a perspective that goes beyond traditional political historiography, highlighting the participation of exponents other than Dom Pedro I in the emancipation process and how History textbooks produced between the years 1960-1990 address this subject. This research is not exhaustive in the monograph, but opens up several opportunities for understanding Brazilian historical figures studied in Brazilian History textbooks through research around their approach in current History books and their resignification of participation in Brazilian historiography. José Bonifácio de Andrade, with his importance for Brazil, new studies in conjunction with other sources to be revealed can overcome nostalgic approaches and maintain research based on criticism and reflection of the contributions and questioning experienced by such personalities in Brazilian history.

KEYWORDS: José Bonifácio. Independence. Brazil. History

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura1- Gazeta de Lisboa 1820-----	19
Figura 2- Óleo sobre tela de Pedro Américo, intitulado “Independência ou Morte”, 1888. Fonte: livro “Iconografia -----	23
Figura 3- História do Brasil para o exame de admissão -----	47
Figura 4- História do Brasil-----	48
Figura 5- Compêndio de História do Brasil: 1º E 2º series do Ensino Médio-----	49

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	9
2. A INDEPENDENCIA DO BRASIL: UM PROCESSO HISTÓRICO	14
2.1 A família real no Brasil: um preludio da independência	14
2.2. Os ventos que levaram a independência	19
2.3. A criação de um Brasil independente	22
3. JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADE E SILVA: O PATRIARCA QUE ESTIMULOU A INDEPENDENCIA DO BRASIL (1822-1825)	28
3.1 : Um pouco da trajetória de vida de José Bonifácio de Andrade e Silva	28
3.2. José Bonifácio de Andrade e Silva: chegada e atuação no Brasil	31
4 - JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE NAS PAGINAS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA	36
4.1. Os livros didáticos e sua importância no ensino e aprendizagem de História	36
4.2 Os livros didáticos de História do Brasil analisados em torno de Jose Bonifácio de Andrade e Silva	37
4.2.1 José Bonifácio de Andrade e Silva nas páginas do compêndio de História de Alfredo Taunay e Roberto-Azeioli	37
4.2.2 História do Brasil de A. Souto Maior e Antônio José Hermida: menções a José Bonifácio de Andrade e Silva	39
4.2.3 O livro de História Brasil de Claudio Vicentino em relação a José Bonifácio de Andrade e Silva	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6 FONTES	44
BIBLIOGRAFIA	44
ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

O processo de independência foi responsável pelo fim efetivo da condição de colônia de Portugal vivenciada pelo Brasil desde 1500, uma emancipação política que já se vinha materializando ainda com a estadia da família real, tendo sua vinda motivada pelas invasões napoleônicas. A família real buscou transformar o território em um ambiente relevante para receber o aparelho administrativo da metrópole. As pesquisas sobre a independência do Brasil não podem permanecer seguindo apenas documentos oficiais que afirmam a passividade de todas as províncias aceitando a independência, visto que houve rebeliões de adesão à independência, tais como: batalha do Jenipapo, no Piauí, Maranhão, Grão Para e Cisplatina., pois essas províncias ainda mantinham relações estreitas com Portugal, motivo que impossibilitasse um rompimento total.

O Brasil no decorrer de sua história passou 322 anos sob o jugo de Portugal como sua colônia obedecendo a leis e regimentos criados e mantidos por uma série de reis e rainhas oriundos do país ibérico, onde pode ser citado como fator de tal pertencimento o pacto colonial, que estabelecia que a colônia só poderia realizar comércio com sua metrópole. Ao longo do tempo houve iniciativas mesmo que pontuais e relativamente isoladas de tentativas de superação dessa condição, especialmente no século XVIII com as influências do iluminismo e de revoluções bem sucedidas ao redor do mundo, tais como a Independência dos Estados Unidos e Revolução Francesa, movimentos sociais e políticos que conseguiram construir uma nova mentalidade social.

Contudo, os fatores que levaram à independência do Brasil em relação a Portugal ocorreram gradativamente em um contexto em que a metrópole portuguesa já não era de longe a potência do período das grandes navegações e conseqüentemente do cenário das monarquias absolutistas. A partir da vinda da família real para as terras brasileiras foi possível perceber que a estrutura política e econômica portuguesa estavam enfrentando um declínio considerável. A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarve como uma forma de atender aos interesses do Congresso de Viena apesar de ser uma estratégia para participar das decisões pós-Napoleão foi o início da criação de um sentimento de possibilidade de emancipação.

Com a permanência do Príncipe Herdeiro de Dom João VI no Brasil devido ao retorno desse último para Portugal foram estabelecidas pouco a pouco representações e direcionamento voltados à independência, visto que em Lisboa estavam exigindo que o Brasil

retornasse a condição de colônia e dependência o que causaria prejuízos substanciais aqueles que estavam lucrando com a nova característica do território. A permanência do príncipe no Brasil contrariando as decisões oriundas de Portugal fomentou ainda mais o desejo pela emancipação ocorrida em 7 de setembro de 1822, um contexto aceito pelo menos no início nas províncias do Centro Sul.

De fato, proclamado o Império, não já o luso-brasileiro, formado por D. João VI, e que então findava, mas o brasileiro puro. Regressando o jovem herói à cidade e indo essa noite ao teatro, repetiu-se aí o brado de “Independência ou Morte”, deram-se vivas à Independência, e poeta houve (Tomás de Aquino), que, batendo palmas, recitou uns versos em que já conceituou o príncipe de “Primeiro Imperador do Brasil.” (Varnhagen, 2010, p.167). Havia um diferencial no governo implantado com a independência do Brasil, uma monarquia nos trópicos rodeada de repúblicas na América espanhola, garantindo a unidade do território.

As guerras de independência foram marcadas, sobretudo, pela tentativa de proporcionar a aceitação do processo de emancipação pelas outras províncias, especificamente aquelas que continuaram mantendo estreitas relações com Portugal, Piauí, Maranhão e Ceará, embora não configurassem em grandes guerras de libertação como forma as das repúblicas da América Espanhola e dos Estados Unidos. (Carvalho, 2012). Para Chaloub (2012) a independência acarreta a construção de um Estado Nacional, uma tarefa substancial, na qual foi delegada ao executivo a tarefa de obter informações sobre saúde, população, indústria fabril, agricultura, ou seja, conhecimentos sobre os aspectos que deverão direcionar a atenção.

No decorrer da consolidação da independência do Brasil foi preciso criar um projeto de constituição para o novo país que nascia, buscando inclusive reconhecimento por parte de nações como Inglaterra, estados Unidos, dos países da América do Sul e propriamente de Portugal. Nesse sentido, vale ressaltar que a independência brasileira ocorreu sobre as ações de homens que fortaleceram as ações de Dom Pedro I agora Imperador do Brasil monárquico, a saber, José Bonifácio de Andrade que ao lado de Dom Pedro I é observado com um dos patriarcas da independência.

Assim, a entrada de José Bonifácio no Ministério do Império veio a dar-lhe mais unidade devido a sua luta contra possíveis movimentos que ameaçassem a unificação do território o que foi de grande consequência para a marcha que seguiram os negócios. O seu grande saber, o seu gênio intrépido, o seu caráter pertinaz, que quase chegava a raiar em defeito, contribuíram a fixar a volubilidade do príncipe. “E o conhecimento especial, que a estada de tantos anos em Portugal lhe dera desse país, dos seus recursos, do forte e fraco dos

seus habitantes e especialmente dos que dirigiram a política em 1821 e 1822, a este respeito principalmente, nenhum outro brasileiro de então lhe levava a palma.” (Vernhagen, 2010, p.121)

De acordo com (Silva, 2022, p. 788) José Bonifácio de Andrade e Silva, conhecido como “patriarca da Independência brasileira” por uma corrente liberal da historiografia oitocentista, e representante simbólico de uma facção conservadora no âmbito do espectro político do Primeiro Reinado, foi um exemplar acabado do reformismo ilustrado português da segunda metade do século XVIII e defensor acérrimo do projeto político que lhe estava subjacente: a monarquia atlântica luso-brasileira. Como muitos da sua geração, Bonifácio era um entusiasta a respeito daquele projeto.

A independência do Brasil não foi um fator da história brasileira criada na passividade da ausência de lutas ou na orientação de uma única pessoa, no caso de Dom Pedro I, mas de uma série de práticas que foram responsáveis tanto pela ruptura com Portugal como a consolidação do processo de emancipação por meio do reconhecimento da independência, a criação de uma constituição e a formação de um novo ministério voltado aos interesses até certo momento dos brasileiros, embora ao longo de seu governo, Dom Pedro I demonstrasse interesse em manter alianças com portugueses residentes no Brasil que dominavam o comércio varejista no Brasil. Nisso, foi crucial a participação de um dos seus maiores representantes José Bonifácio de Andrade e Silva que no decorrer dessa monografia será apresentado sua importância e participação nos ventos que levaram a proclamação e manutenção da independência do Brasil.

Desse modo, foi proposta a seguinte problemática: De que forma José Bonifácio de Andrade e Silva participou da construção e materialização do processo de construção e manutenção da independência do Brasil? Para responder ao referido questionamento foi proposto como objetivo geral: compreender a participação de José Bonifácio de Andrade e Silva na proclamação e manutenção da independência brasileira e específicos: Identificar os fatores e personagens que levaram o Brasil a independência; analisar a importância de José Bonifácio de Andrade e Silva e Discutir as representações de José Bonifácio e Silva na independência do Brasil a partir dos livros didáticos de História do Brasil entre os anos de 1961-1996.

O interesse por esse tema de pesquisa é justificado pela relevância de se tratar a independência do Brasil sob uma perspectiva que ultrapasse a historiografia política tradicional, evidenciando a participação de expoentes além de Dom Pedro I no processo de emancipação e como os livros didáticos de História produzidos entre os anos de 1960-1990

abordam esse assunto. Outro interesse pela pesquisa está em certa pretensão de destacar um dos representantes em específico pela independência, José Bonifácio de Andrade e Silva e sua trajetória de vida política aprofundada, não se restringindo somente aos conhecimentos existentes nas esferas oficiais.

Esta pesquisa é de natureza (teórico-bibliográfica) a partir das contribuições de autores que abordam o processo de independência do Brasil e participação de José Bonifácio de Andrade. Elementos encontrados a partir da análise crítica das fontes e dos resultados obtidos. O estudo é orientado pela Nova História Política que de acordo com (René Remond, 2003, p.7) preenche todos os requisitos necessários para ser reabilitada. Ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos e construir a monografia foi baseada em pesquisas bibliográficas de natureza exploratórias e documentais. A escrita desse estudo foi criada a partir de métodos de investigação/interpretação já que ser historiador é ser um profissional cuidadoso no processo da escrita da história, é deixar de lado olhares superficiais e simples sobre as fontes utilizadas, percebendo o lugar social de cada documento e entender que mesmo através de uma análise rigorosa de diferentes tipos de documentos, estes representam a criação de um determinado grupo social com interesses e motivações distintas.

Toda pesquisa científica tem início com uma pesquisa bibliográfica que permita a organização de uma fundamentação teórica adequada que sustentará um determinado estudo. (Gerhardt; Silveira, 2009). Uma pesquisa bibliográfica tem a função de começar a estruturar uma pesquisa para que posteriormente lançar as análises e interpretações das fontes documentais e orais, caso, possam ser utilizadas no decorrer da pesquisa. As bibliografias fornecem os primeiros conhecimentos sobre uma determinada temática de pesquisa. A diferença entre uma pesquisa bibliográfica e documental, contudo de acordo com Gill (2002) está nas fontes bibliográficas já terem recebido uma análise e interpretação e as documentais ainda carecerem de uma análise.

A Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporânea ou retrospectiva, considerada cientificamente autêntica (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências. (Pádua, 1997, p.62). Os documentos tanto oficiais como a valorização dos não oficiais, uma tendência que surge com a Escola dos

Annales tem contribuído para expandir o universo de estudo do historiador ao lado de novos temas de pesquisa.

Os documentos utilizados na monografia foram iconografia relacionada a independência do Brasil e Jose Bonifácio de Andrade e Silva como seu principal representante, tratado como patriarca desse processo, bem como uma hemerografica da época Para Sousa (2019, p.134-135) pesquisar a história de um período específico com a independência do Brasil por intermédio do jornal é fascinante e pressupõe um trabalho rigoroso, tratando adequadamente a fonte.

Os jornais embora utilizáveis como fontes históricas devem ser interpretados a luz do momento que foram criados, já que são construções de uma determinada época, lugar. As fontes bibliográficas, documentais, hemerográficas e iconográficas foram relevantes na escrita de uma monografia que traz novos conhecimentos da independência do Brasil sobre a perspectiva de um dos seus patriarcas em específico José Bonifácio de Andrade e Silva. Assim, essa pesquisa está organizada nos seguintes capítulos e tópicos:

Introdução que apresenta os elementos iniciais da monografia, problemática, objetivos geral e específicos e a metodologia utilizada para alcançar o que foi proposto ao longo da escrita.

Sessão1 – A independia do Brasil: um processo histórico e politico e em seus tópicos destaca os aspectos gerais da independência, desde vinda da família real até a emancipação e manutenção do processo.

Sessão 2 – Jose Bonifácio de Andrade e Silva: patriarca da independência do Brasil e nos seus tópicos aborda a trajetória de José Bonifácio de Andrade e Silva, sua biografia pessoal, a sua participação na emancipação politica influência politica no Ministério de Dom Pedro I pós independência

Sessão 3 - José Bonifácio de Andrade nas páginas dos livros didáticos de história e em seus respectivos tópicos apresentam a forma com que os livros didáticos de História do Brasil 1985-1990 evidenciam o referido personagem.

Considerações Finais que destaca a conclusão em torno da monografia e os objetivos alcançados e o que se pode obter de novos conhecimentos sobre a independência do Brasil na ótica de Jose Bonifácio de Andrade e Silva.

2. A INDEPENDENCIA DO BRASIL: UM PROCESSO HISTÓRICO E SOCIAL

Esse Capítulo aborda o processo que levou a emancipação política de Portugal fortalecido com a vida da família real até a promulgação da independência no dia 7 de setembro de 1822 e seus desdobramentos posteriores na configuração de uma nova nação bem como os principais representantes que foram responsáveis pelo estímulo a libertação do Brasil em relação Portugal. Foi necessário tal capítulo como uma contextualização da inserção e participação de Jose Bonifácio de Andrade e Silva na formação do Brasil enquanto nação independente.

2.1 A família real no Brasil: um preludio da independência

Ao longo do século XIX Portugal gradativamente perdia poder e influência na Europa e conseqüentemente em suas colônias ultramarinas devido de uma modernização necessária para se equiparar as demais nações europeias em termos de indústrias, intelectualidade e tecnologia. O século XIX foi marcado ainda pelas lutas de independência de inúmeras colônias da América espanhola, essas incentivadas pelas guerras napoleônicas quando Napoleão Bonaparte coloca seu irmão no trono da Espanha, possibilitando o surgimento de um pensamento de ausência real no controle da Metrópole e de suas respectivas colônias. Tais conflitos foram também os responsáveis pelo direcionamento da família real ao sua colônia brasileira em 1808.

Desse modo, um dos fatores que estimulou a referida fuga foi o Bloqueio Continental decretado por Bonaparte, em novembro de 1806 que tinha como meta o enfraquecimento da economia inglesa, um obstáculo fundamental aos objetivos expansionistas da França. O bloqueio exigia pautado por uma ameaça de invasão militar que todos os países da Europa se fechassem ao comércio britânico a fim de que a economia inglesa entrasse em colapso e facilitasse a conquista francesa. Se o Acordo de Tilsit, firmado com o Czar Alexandre I da Rússia em julho de 1807, garantia a Napoleão o encerramento do extremo leste da Europa, era mister a conquista a oeste, que circunscrevia os portos das cidades de Lisboa e do Porto. (Meirelles, 2015, p. 7)

Contudo, Portugal por manter econômicas e diplomáticas com a Inglaterra se encontrava num contexto em que seria favorável não aceitar as decisões impostas por Napoleão, mesmo significando uma invasão e sua transformação em território controlado pelos franceses. Dom João VI não poderia acatar de maneira integral as condições impostas

pela França dada a sua proximidade econômica e política com a Inglaterra, onde com negociações para obter a proteção da esquadra inglesa, Portugal e todo seu corpo político administrativa iniciariam uma fuga para o Brasil e em troca aos ingleses criaram mecanismo para facilitar a sua participação no comércio brasileiro por meio da diminuição de tarifas alfandegarias para os produtos ingleses.

A transferência da Família Real para o Brasil não foi uma medida tomada às pressas. Ao contrário, já era um projeto político arquitetado pela monarquia portuguesa desde o século XVI, que ganhava força sempre nos momentos de instabilidade política da Coroa (Schwarcz, 2002: 194-197). Em 1808, por fim, os planos de transladação do governo português para a sua mais importante colônia se tornavam realidade: o Rio de Janeiro emergia como nova capital do Império Português, impulsionando, dessa forma, transformações políticas de grande impacto nos dois lados do Atlântico durante os treze anos em que a Família Real permaneceu em nossas terras. (Meirelles, 2015, p.8)

Na citação supracitada é possível perceber que a transferência da família real, ou seja, o corpo administrativo político que permitia o funcionamento do governo português em caso de crise era pensado já com um plano de contingência em momentos de instabilidade vivenciados pela Europa no decorrer dos séculos. Com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao fim da Revolução Francesa houve de fato a necessidade da materialização do plano de deslocamento da família real para o Brasil em 1808 e consequentemente a criação de medidas e instituições com o intuito de dotar locais, como Rio de Janeiro digno de receber a realeza e uma capital.

Desse modo, com a família real no Brasil foram destacados os principais aspectos que mudariam ou deveriam mudar no dia a dia do brasileiro a realeza vivendo no Brasil após sua fuga de Portugal em 1808:

Esse momento, ainda tão singelo perto do que viria a ser o dia 7 de março, já prenunciava as importantes transformações que ocorreriam na sociedade luso-brasileira. Novas etiquetas, rituais e solenidades começavam a ser vivenciados pelas ruas da sede da Colônia que, em 22 de fevereiro, ficava ciente de que a Família Real – juntamente com a nobre comitiva portuguesa – encontrava-se em Salvador e, tão logo fosse possível, estariam no Rio de Janeiro. A tônica das conversas girava em torno da chegada em carne e osso da Rainha, do Príncipe Regente, seus familiares e acompanhantes. Todos se preparavam para a pompa que enfeitaria a grande ocasião... (Meirelles, 2015, p.10)

A simples notícia da chegada do príncipe regente e futuro rei de Portugal ao lado de sua esposa Carlota Joaquina já era o suficiente para a construção de uma representação de

como seria a figura dos membros da realeza responsáveis pelo o comanda da colônia e futura nação independente. A presença do príncipe, posteriormente rei de Portugal e de suas colônias, incluindo o Brasil foi o suficiente para estabelecer um novo padrão de comportamento e costumes em terras brasileiras, servindo para fortalecer transformações significativas no seu cotidiano.

O Brasil era a colônia mais rica de Portugal a época da transferência da família real, embora ainda mantivesse estruturas que impossibilitasse a existência do corpo político e administrativo de uma metrópole. Nisso, foi preciso construir banco, bibliotecas, uma escola militar e de medicina, al lado de tais medidas foram estabelecida a abertura dos portos as nações amigas, eliminando o pacto colonial, ou seja, a predominância do Brasil comercializar somente com Portugal, um fato que beneficiou na maioria das vezes os comerciantes ingleses auxiliou na construção gradativa de um grupo de intelectuais defensores da autonomia do Brasil perante Portugal.

De acordo com (Carvalho, 2012), estabelecida no Rio de Janeiro, então capital da colônia desde século XVIII devido a necessidade de uma maior controle das atividades mineradoras, transformando a sede do vice reinado em centro político devido a presença de toda a máquina administrativa da metrópole e sobretudo, pela presença do monarca, fator que gerou a sua legitimidade que por três século que exigia a obediência dos súditos da América portuguesa. O rei e toda a corte no Brasil foi o suficiente para estimular uma nova representação diante do papel da colônia brasileira, elevada a uma categoria que fortaleceu o pensamento de independência.

O jornal a Contrariedade pelo Povo do Rio de Janeiro em 1848 apresenta em suas páginas o relativo conhecimento da independência brasileira, não o seu estímulo, mas a emancipação de fato com a vinda da família e a elevação do Brasil a categoria de Reino Unido do Brasil de Portugal e Algarve:

É ingrato e pérfido o brasileiro que não respeita a saudosa Memória do digno Monarcha, o Sr. D. João VI, que cheio de satisfação decretou na Bahia em 1808, a Independência do Brasil; teve ella origem na declaração dos portos francos: que elevou o Brasil a categoria de Reino: que honrou os Brasileiros, mormente aos fluminenses; e quando em Lisboa, depois de sua forçada hida para lá afagava paternamente aos Brasileiros, repetia constantemente que os amava e lhes era grato pelo muito que o estimavam. E ingrato quem ataca, a memória do Fundador do Imperio, daquele que realizou a independência e o fez pelo Brasil todos os sacrifícios. (Jornal - A Contrariedade pelo Povo-Rio de Janeiro, 1948, p.3)

Vale ressaltar que o jornal acima apresenta uma defesa a monarquia implantada no

Brasil, razão pelo qual é possível perceber elogios tanto a Dom João VI, considerando com o verdadeiro patrono do Brasil independente no momento que proporcionou a elevação do Brasil a categoria de reino, afirmando que aqueles que possuem um pensamento contra o monarca é tratado como ingrato e traidor. O referido jornal foi criado como uma crítica ao Libelo do Povo, esse que tinha o intuito de crítica a monarquia em território brasileiro durante seu predomínio em uma nação já emancipada

No Brasil, Dom João como príncipe regente iniciou um serie de medidas que como visto nos parágrafos anteriores tinha como objetivo dotar o país de estruturas adequadas a receber a metrópole. Após a derrota de Napoleão Bonaparte e a criação do Congresso de Viena com a participação das nações europeias absolutistas para reorganizar a Europa. Contudo, por não se encontrar em seu reino, mas na sua colônia Dom João não poderia participar das conferencias realizadas entre os anos de 1814 e 1815, tendo como solução à elevação do Brasil a categoria de Reino Unido de Portugal e Algarve, permitindo que o Brasil perdesse a condição de colônia e fosse componente do Reino Português como integrante politico. Assim, o documento abaixo trás a elevação do Brasil a categoria de Reino Unido conforme supracitado:

Elevação do Brasil à Categoria de Reino – Carta de Lei do Príncipe Regente D. João (18 de Dezembro 1815)

Dom João, por graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves daquém e dalém-mar, em África, da Guiné e da Conquista Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, Etiópia, etc. Faço saber aos que a presente carta de lei virem, que tendo constantemente em meu real (?) ânimo os mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados, que a Providência Divina confiou ao meu soberano regime e dando ao mesmo tempo a importância devida à vastidão e localidade dos meus domínios da América, a cópia e variedade dos preciosos elementos de riqueza que eles em si contêm e outros em reconhecendo quanto seja vantajosa aos meus fiéis vassallos em geral uma perfeita união e identidade entre os meus Reinos de Portugal, dos Algarves, e os meus domínios do Brasil, erigindo estes àquela graduação e categoria política, que pelos sobreditos predicados lhes deve competir, e na qual os ditos meus domínios já foram considerados pelos plenipotenciários das potências que formaram o Congresso de Viena, assim no Tratado de Aliança concluído aos oito de abril do corrente ano, como no tratado final do mesmo congresso: sou portanto servido, e me praz ordenar o seguinte:

- Que dada a publicação desta carta de lei o Estado do Brasil seja elevado à dignidade, preeminência e denominação de Reino do Brasil
- Que os meus Reinos de Portugal, Algarves, e Brasil formem dora em adiante um só e único Reino debaixo do título de Reino de Portugal, e do Brasil, e Algarves.
- Que os títulos inerentes à Coroa de Portugal, e de que até agora hei feito uso, se substitua em todos os diplomas, cartas de lei, alvarás, provisões, e atos públicos, o novo título de Príncipe Regente do Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarves daquém e dalém-mar (...) Dada no Palácio do Rio de

Janeiro, aos dezesseis de dezembro de mil oitocentos e quinze. ([Carta] Registrada nesta Secretaria de Estados dos Negócios do Brasil, L.º 2.º de leis, alvarás, e Cartas Régias à fl.69. Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1815).

A permanência da família real no Brasil e acima de tudo as transformações estruturais promovidas para receber a corte desencadearam também um aumento considerável dos impostos cobrados a colônia com o intuito de arcar com todas as despesas e gastos de Dom João e da corte, um contexto que contribuía no encarecimento do custo de vida e enfraquecimento econômico do Nordeste que desde crise do açúcar com a concorrência holandesa nas Antilhas vivenciavam profundas crises. Nesse sentido, em 1817 eclodiu a Revolução Pernambucana, um movimento de caráter republicano que se originou do descontentamento com a família real no Brasil, na qual tanto a classe media, quanto alta e baixa acreditavam que Dom João e a família real com um todo haviam abandonado a capitania de Pernambuco. (Cabral, 2022)

A composição do movimento era de natureza absolutamente heterogênea. Negociantes de grosso trato, diversos proprietários de terras, homens do clero (muitos deles formados no Seminário de Olinda), pequenos sitiantes, homens livres, boticários e, inclusive, escravos e negros se opunham à opressão e, conseqüentemente, às dificuldades financeiras impostas pela Corte desde a sua instalação, através do aumento dos tributos pagos por Pernambuco. Além disso, a péssima condição das tropas militares – mal pagas e mal alimentadas –, eram fatores que contribuía para que os habitantes da província tivessem uma imagem despótica do Príncipe Regente. A ala de negociantes contrária à revolução era, na maioria, composta por portugueses residentes em Pernambuco, vinculados ao comércio lusitano, que detinham o monopólio de suas produções como o açúcar e também da produção de algodão. (Meirelles, 2015, p.47)

A Revolução de Pernambuco estabeleceu a criação de propostas, tais como a elaboração de uma Constituição que promovesse liberdade religiosa e de imprensa, abolição de alguns impostos, igualdade dos proprietários perante a lei, embora o fim da escravidão estivesse na possibilidade de sua finalização de maneira gradual, o que não viria a acontecer, pelo menos não naquele momento, visto que a escravidão no estado chega ao fim apenas no segundo reinado. Apesar de conseguirem o poder durante certo tempo por meio da imposição de um republica e da busca pelo seu reconhecimento, com representantes do movimento dirigindo-se aos Estados Unidos para obter apoio e reconhecimento a revolução foi combatida pelas tropas leais ao governo central, além de fatores interno e externos que serviram para desmoralizar militarmente o movimento.

A permanência da família real no Brasil no decorrer de sua consolidação em terras transatlânticas estava em pleno fortalecimento por meio da repressão a revoltas como a que ocorreu em Pernambuco e as alianças feitas com membros das elites provinciais a partir de casamentos. Dom João com suas medidas foi possibilitando o nascimento de uma concepção de que a separação oficial entre Brasil e Portugal poderia ser viável e até esperada. Em 1820, as conjunturas políticas e sociais em Portugal com saída da família real e a regência de um oficial inglês após a expulsão do exército Napoleão criou condições para mudanças significativas que influenciaram o Brasil em direção de seu desejo por autonomia e emancipação. Um tema que será abordado de maneira detalhada no próximo tópico que trata especificamente os ventos da independência.

2.2. Os ventos que levaram a independência

A década de 20 do século XIX trouxe diferentes transformações na Europa, especialmente para Portugal que com a permanência de Dom João e da corte no Brasil estava enfrentando uma crise econômica e política. As diversas medidas adotadas pelo monarca contribuíram para a transformação do Brasil em Reino de Portugal, deixando de ser uma colônia. Na metrópole houve também o surgimento de uma nova mentalidade voltada a limitação do poder de Dom João por meio da obediência de uma Constituição, procurando encerrar o absolutismo.

A Revolução Liberal de 1820 orientada pelas insatisfações provocadas com a tutela britânica somaram-se ao que definiu como “ideias novas que abalavam os tronos da Europa” que, em Portugal, encontraram terreno fértil, semeado pela incapacidade de seus governantes (Monteiro, 1981). A revolução Liberal do Porto teve duas concepções distintas, uma em Portugal, avaliada como um grande marco da história do liberalismo já que pôs fim, ainda que provisoriamente ao Antigo Regime, no Brasil, entretanto, foi avaliada de forma contrária posto que a ação “recolonizadora” das Cortes lisboetas, parlamento instituído por este movimento, foi visto como uma atitude retrógrada que precipitou o processo de Independência brasileira. (Pinto, 2021, p.2).

Quanto às consequências da Revolução Liberal do Porto, essas foram percebidas tanto no Brasil quanto em Portugal conforme a citação abaixo:

Ao tratar das consequências do movimento do Porto no Brasil, ressalta os diversos grupos sociais por ele atingidos, caracterizados por uma “heterogeneidade de interesses e reivindicações que manifestavam uma

feição complexa e contraditória” Entre esses grupos, encontravam-se aqueles que o autor classificou como: “forças reacionárias”, cuja principal característica era interpretar o movimento vintista como forma de trazer o Brasil de volta a sua antiga condição de colônia; “classes superiores” do então Reino do Brasil, que ansiaram, por meio da revolução e do posterior estabelecimento do regime constitucional, “as vantagens, liberdades e autonomia adquiridas pelo Brasil nos anteriores anos de governo quase próprio”; e as camadas populares, ou, “classes oprimidas da população brasileira”, que interpretavam a constituição a ser elaborada pelas Cortes como forma de libertação econômica e social. (Pinto, 2021, p.38)

A citação supracitada evidencia diferentes influências ocasionadas pela Revolução do Porto, onde para Portugal era uma tentativa de que com o retorno de Dom João VI a metrópole houvesse o retorno do Brasil a condição de colônia para ser explorada e arcar com as despesas da crise financeira vivenciada. No Brasil, a sombra da recolonização proposta por tal iniciativa foi responsável pelo surgimento de uma mentalidade orientada pelo temor de perder autonomia adquirida nos tempos da família real, mesmo observando as cortes constitucionais de Lisboa como inspiradoras de um novo modelo de governo pautado na substituição do autoritarismo.

Figura1- Gazeta de Lisboa 1820



Fonte: MEIRELLES, J.G. Revolução do Porto e a volta da Família Real para Portugal. In: A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821) [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015, pp. 55-77. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j56gd/pdf/meirelles-9788568576960-05.pdf>. Acesso em: 19/10/2024

Contudo, a imagem acima evidencia que a Revolução não foi aceita por todas as camadas de Portugal tratando as chamadas cortes gerais como um forma de contradição, na qual ao mesmo tempo que declaram obediência ao rei Dom João VI estabelecem propostas de limitar seu poder por meio de uma assembleia constituinte. O documento discorre sobre os responsáveis pela revolução como indivíduos mal intencionados ao questionar a autoridade legítima do rei, destacando que a força do movimento ainda não estava totalmente consolidada.

A Revolução do Porto ao lado da proposta de uma constituição tinha como principal interesse a anulação do sentimento de autonomia materializada ao longo da estadia de Dom João no Brasil, especialmente entre as elites que vinham tendo uma maior participação em governos provinciais. Em Portugal, as Cortes Gerais e Extraordinária da Nação Portuguesa foram instaladas em janeiro de 1821 e tiveram como uma das primeiras medidas exigir o retorno do rei. Posteriormente, decidiram pelo retorno de D. Pedro, o filho do rei, uma medida que levou ao famoso Dia do Fico. Essas e outras ações tomadas pelas Cortes ajudaram a criar o clima para a independência do Brasil. (Assembleia Legislativa de São Paulo, 2022, p.3).

O Brasil como parte do Reino Unido de Portugal e Algarve vivenciava o momento de também poder participar das cortes gerais, com essa instituição procurando angariar apoio entre as capitanias brasileiras com a possibilidade de elevação a categoria de províncias e consequentemente eleições para enviar os representantes de tais localidades a Lisboa e participarem da formação da assembleia constituinte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. (Assembleia Legislativa de São Paulo, 2022). A experiência legislativa nas cortes gerais permitiu ao Brasil a partir da participação dos representantes de capitanias-províncias brasileiras nas eleições gerais um sentimento de nacionalidade e incentivo a independência brasileira.

As referidas eleições possibilitaram que os representantes trouxessem de Lisboa foram essenciais inclusive na fundamentação da primeira Constituição brasileira após o processo de consolidação de fato a emancipação. Muitos desses representantes foram eleitos, também, deputados provinciais, quando foram criadas as assembleias legislativas provinciais, em 1835. No caso de São Paulo, participaram das Cortes Gerais e foram eleitos deputados provinciais, contando com vasta experiência nas eleições das cortes gerais em Lisboa nomes como Vergueiro, Padre Feijó e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, irmão de José Bonifácio. (Pinto, 2021)

A permanência do príncipe herdeiro de Dom João VI no Brasil manteve o laço entre Brasil e a manutenção das propostas criadas durante a vinda e permanência da família real em terras brasileiras, um aspecto que incomodava as cortes gerais de Portugal, uma vez que essas buscavam reincidir todas as propostas criadas a partir de 1808, tais como o retorno do Brasil como colônia. Dom Pedro, como príncipe e membro da nobreza, bem como do apoio de uma elite aristocrática e burguesa ao optar por ficar no Brasil estimulou a urgência de sua independência, tendo como medidas não aceitar ordens vindas de Portugal sem sua breve autorização (cumpra-se).

A Revolução Liberal do Porto de inspiração iluminista de 1820 colocou fim ao absolutismo em Portugal, incentivando embora indiretamente a possibilidade do Brasil seguir uma trajetória livre a autoridade de Portugal, já que apesar de Reino Unido, o território brasileiro politicamente ainda pertencia às jurisdições e legislações criadas em Portugal por suas instituições. Com o retorno Dom João VI a Portugal e as exigências das cortes gerais ao príncipe Dom Pedro o processo de independência seria gradativamente acelerado por recusas a aceitação de tais exigências e de medidas criadas pelo próprio príncipe regente em terras brasileiras.

2.3 A criação de um Brasil independente

O Brasil estava sendo direcionado a sua emancipação política de Portugal e as medidas criadas por Dom Pedro como príncipe regente, bem como as experiências dos deputados brasileiros eleitos para representar o Brasil nas cortes gerais de 1821 em Lisboa contribuíram de maneira significativa para esse processo. Após a chegada de D. João VI a Portugal, a Corte portuguesa enviou decretos ao Brasil ordenando a abolição da regência, o retorno de D. Pedro a Portugal e a obediência da província à Lisboa. Entretanto, a força da liderança do príncipe entre os brasileiros fez com que ele descumprisse as ordens portuguesas e permanecesse no Brasil. (Nobrega, 2022, p.5)

A força de liderança ao lado da existência de um corpo política ligado as elites brasileiras foram os responsáveis pela materialização de uma concepção em torno da independência do Brasil. O dia do Fica, o cumpra-se, a experiência adquirida pelos deputados nas cortes liberais nos aspectos legislativos foram fatores imprescindíveis em prol da emancipação. Após tais iniciativas, o poder português sobre o Brasil era praticamente nulo, evidenciando autonomia brasileira, tornando o Brasil na prática politicamente uma nação independente.

No dia 31 de julho de 1822, a Câmara Municipal de São Paulo enviou ao príncipe regente uma mensagem pedindo-lhe uma visita à província. No dia 14 de agosto de 1822, o príncipe partiu em viagem à São Paulo, chegando nove dias depois. No dia 5 de setembro, D. Pedro fez uma curta viagem a Santos. Na volta da viagem a Santos, quando estava nas proximidades do riacho do Ipiranga, dois emissários vindos do Rio de Janeiro alcançaram o príncipe com correspondência de Portugal. As cartas informavam que as Cortes haviam decidido que D. Pedro deixaria de ser regente autônomo para ser um delegado das Cortes, e que sua jurisdição caberia apenas às províncias que reconheciam sua autoridade, ou seja, limitando sua autoridade – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As demais províncias teriam outros delegados e se reportariam a Lisboa. (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2022, p.6-7)

A independência proclamada em 7 de setembro de 1822 foi oriunda do desejo de Dom Pedro permanecer no Brasil influenciados pelos políticos brasileiros que tinham temor em perder a autonomia obtida. Nessa noite, Dom Pedro e toda a nata da sociedade paulistana estavam no pequeno Teatro de Ópera do Pátio do Colégio. Assim que Dom Pedro chegou, o padre Ildefonso Xavier de Ferreira – que futuramente se elegeria deputado provincial de São Paulo – gritou: “Viva o primeiro rei brasileiro!”, do qual seguiram-se brados e vivas da plateia. A sua coroação como imperador ocorreria em 12 de outubro (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2022, p.9). A imagem abaixo, embora questionada pelos novos historiadores culturais destaca o grito as margens do riacho Ipiranga que formalizou a independência do Brasil.

Figura 2- Óleo sobre tela de Pedro Américo, intitulado “Independência ou Morte”, 1888. Fonte: livro “Iconografia Paulistana do Século XIX”



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Bicentenário da Independência. Informativo do Acervo Histórico. Ano VII – no 29 – agosto/setembro/outubro de 2022

Em 12 de outubro de 1822, no seu aniversário de 24 anos, D. Pedro, o príncipe regente, foi aclamado como imperador pelos pares do reino, legitimando seu domínio monarca do Brasil imperial.

Raiou, finalmente, o dia suspirado, e foi saudado com as salvas das fortalezas e dos navios da esquadra surtos no porto, todos embandeirados. Apesar de toldado o dia, e de quando em quando chuvoso, não deixaram de cobrir-se de sedas as janelas e de juntar-se de folhas as ruas. No meio do campo de Santana teve lugar a cerimônia, e por isso lhe foi dado o nome de Praça da Aclamação. Desde às 9 horas da manhã se achavam ali todas as tropas da capital, em número de mais de 3.000 praças, formadas em duas brigadas, uma da Corte e outra das tropas do Rio e de São Paulo, compreendendo também o esquadrão de Minas e do batalhão de caçadores de Henriques. Às 10 saía do palácio de São Cristóvão o Imperador, com a Imperatriz e a Princesa D. Maria da Glória, acompanhado pela sua luzida Guarda de Honra. Pelo caminho, e ainda mais na sua chegada ao Campo, prorrompiam os vivas por toda parte. Dirigiu-se depois o Imperador, acompanhado de seus ministros e camaristas, à varanda do palacete, no qual estariam umas três mil pessoas. Ouvia o largo discurso do presidente da municipalidade, que por vezes foi interrompido de vivas pelo povo; respondeu aceitar o título, convencido de que tal era a vontade geral dos povos do Brasil. Desfilaram depois as tropas; seguiu o Imperador, a pé, apesar da chuva, até à Capela Imperial, onde assistiu ao Te-Deum, e logo passou ao palácio a dar beija-mão, e à noite compareceu ao teatro. Tanto nessa noite como nas imediatas se iluminou toda a cidade. (Varnhagen, 2010, p. 175-176)

Em 1 de dezembro foi aclamado pelo bispo do Rio de Janeiro como Imperador, reconhecendo o desejo do povo brasileiro em aceita-lo como novo chefe do governo da recém nação independente que era inaugurada após o 7 de setembro, dando início a um novo trabalho. O de estabelecer uma constituição para fixar regras políticas e administrativas ao novo Brasil emancipado. Em 1823, um ano após a independência do Brasil houve uma convocação para uma Assembleia Constituinte, sendo composta por 84 de 100 deputados de 14 províncias. A Câmara ficou por muitos meses tentando entrar em um consenso e formular a primeira constituição do novo país independente. (Nobrega, 2022, p. 7), porém as medidas fixadas não agradaram ao Imperador devido as limitações impostas a sua autoridade, obrigando a sua dissolução, a qual a citação abaixo, menciona os motivos que levaram a sua dissolução:

“Ameaçado assim o Brasil de uma subversão geral, cumpria ao Imperador prover à sua própria segurança e à segurança pública. Tentaram-se todos os

meios de persuasão e suavidade: estes meios foram inúteis; e pode dizer-se que só serviram para mais irritar os furiosos terroristas, que expuseram a tensão em que estavam de não dar a Assembléia dissolvida, e, para mais convencerem o público de que desconheciam as atribuições dos outros poderes do Estado, declararam a sessão permanente. Tudo isto foi preciso para que o Imperador se resolvesse a lançar mão da força, a fim de salvar o Brasil de seus próprios representantes... Uma coisa cumpre notar, porém, a respeito das declarações que hoje se escrevem contra a dissolução da Constituinte, e vem a ser que os escritores... pintam o fato como violento, mas não se atrevem a assegurar que fora injusto, provando que a Assembleia não tivesse faltado aos seus deveres.” (Varnhagen, 2010, p.273)

Na citação supracitada é possível observar uma justificativa diferente daquela percebida para a dissolução da constituição de 1823, a saber, o autoritarismo que começava a ser vigente de Dom Pedro I. Uma explicação utilizada é a de evitar uma anarquia no Brasil independente com uma proposta constitucional que impossibilitasse o imperador de usar a força quando necessária. No dia 25 de março de 1824 é promulgada a constituição mais ao gosto do imperador por meio da participação de um Conselho de Estado, órgão criado para auxiliar o imperador em suas decisões, mas que na prática era apenas um legitimador das escolhas de Dom Pedro I

Desse modo, nos seguintes artigos é possível perceber a formação e consolidação do poder de Dom Pedro I: *Art. 1º O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros. Eles formam uma Nação livre e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união ou federação, que se oponha à sua independência. Art. 3º O seu governo é monárquico, hereditário, constitucional e representativo. Art. 4º A dinastia imperante é a do Senhor Dom Pedro I, atual Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil.* Nos artigos supracitados é observado os elementos que forma o Brasil, mas acima de tudo o reconhecimento da autoridade de Dom Pedro I como o governante efetivo do Brasil, com uma monarquia que deveria ser transmitida a seu filho Pedro de Alcântara e constitucional ao menos da teoria, visto que as restrições ao seu poder não foram acatadas em 1823.

Outro fator que evidencia o autoritarismo de Dom Pedro I está na escolha dos membros para ocuparem o Conselho de Estado eram direcionados pelo Imperador para cargos vitalícios, deixando claro que deveriam respeitar suas decisões e legitimar suas propostas conforme o artigo Art. 142. *Os conselheiros serão ouvidos em todos os negócios graves e medidas gerais da pública administração; principalmente sobre a declaração da guerra, ajuste de paz, negociações com as nações estrangeiras, assim como em todas as ocasiões em que o Imperador se proponha exercer qualquer das atribuições do Poder Moderador,*

indicadas no art. 101.

O Brasil com nação independente foi se consolidando, mas é ingenuidade pensar que o 7 de setembro de 1822 foi aceito de maneira plena por todas as províncias brasileira e que a emancipação ocorreu de maneira pacífica sem conflitos bélicos que ameaçassem a unidade territorial. Contudo, havia principalmente as províncias do Meio Norte que ainda mantinham relações especialmente econômicas, tais como Bahia, Maranhão, Grã-Para, Cisplatina, futuro Uruguai e Piauí. Tais províncias foram forçadas aderir a independência do Brasil pela força das armas ou negociações.

A guerra, impondo vontades ou rompendo impasses, foi peça-chave para a construção da unidade territorial do Império, na ausência de uma efetiva identidade ‘brasileira’ e em meio a diferenças importantes entre as regiões do Reino. Foi uma ferramenta de consolidação do poder imperial e de unificação do território, correndo paralelamente às negociações políticas e tentativas de cooptação pelos dois polos que se formaram na disputa e que acabaram por concentrar as opções, mesmo que houvesse muitas outras ideias e projetos em voga no Reino naquele período. (Pimenta, 22, p.7). Havia ainda a necessidade de reconhecimento de outras nações da independência do Brasil, um processo que deveria ser resolvido a partir da vitória das lutas internas e a consequente unificação do território brasileira emancipado da autoridade portuguesa.

Em suma, as necessidades militares de D. Pedro eram muito maiores do que o disponível no início de 1822. Para a construção de força militar efetiva, D. Pedro adotou, ao longo de todo o período de 1822-1823, medidas de organização militar que foram parte indissociável do processo de emancipação. O processo que resultou na Independência do Brasil foi também um processo militar. O Príncipe envolveu-se pessoalmente no esforço militar, trabalhando sobre a organização das unidades, na administração, finanças e planejamento. (Menck, 2022, p.154).

O Brasil independente recém-formado ainda carecia de determinados elementos, dentre esses a presença de um exército unificado que obedecesse exclusivamente o novo governante imperial, tendo na maioria das vezes, Dom Pedro I colocava os soldados brasileiros em um dilema de respeitar as suas ordens ou as ordens vindas de Portugal. De acordo com Menck (2022) Muitos nascidos em Portugal aderiram a D. Pedro, assim como muitos nascidos no Brasil permaneceram fiéis a Portugal. As tropas do Major João José da Cunha Fidié, que se bateu valorosamente contra a independência no Piauí e no Maranhão, praticamente só contava com nascidos no Brasil.

No Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Cisplatina e Bahia (que representavam parte

significativa do território, população e economia do Brasil), além de pontos espalhados por todo o Reino, houve lutas que se iniciaram com cores locais e afunilaram, por pressão externa, na opção entre Lisboa ou Rio de Janeiro. Nesses pontos, o conflito desembocou na guerra de adesão. (Pimenta, 2022, p. 7). Ao longo de 1825, as lutas de independência foram gradativamente vencidas e a autonomia consolidada, destacando que tal processo não foi homogêneo, mas diversificado, dependendo da conjuntura relacional entre as províncias envolvidas e Portugal.

O reconhecimento da Independência era fundamental para afastar qualquer possibilidade de aventuras militares que objetivassem o retrocesso político do Brasil. A grande dificuldade no reconhecimento da Independência do Brasil, se deu em função das monarquias europeias, que se organizaram na Santa Aliança, em 1815, basearem suas políticas externas no fundamento dos poderes reais no antigo regime, enquanto D. Pedro fundamentara seu poder no Brasil na aclamação popular, um aspecto que forneceu as bases ou para o mesmo construir uma nação aos moldes absolutistas em território transatlântico para ser comandada pelo próprio imperador. (Menck, 2022).

A independência do Brasil foi reconhecida pela Inglaterra que tinha fortes laços comerciais ainda em tempos de Dom João VI quando do 7 de setembro serviu de mediadora entre Brasil e Portugal, garantindo o reconhecimento por parte da nação lusa mediante a indenização de 2 milhões de libras esterlinas, tendo como acordo favorável a Dom Pedro I a sua não exclusão de herdeiro do trono português, gerando no decorrer de seu reinado uma influência portuguesa reinante no Brasil, tanto em termos econômicos quanto políticos que serviria de ponto inclusive para a perda de popularidade de Dom Pedro I e sua abdicação em 1831.

Com a independência consolidada a partir da finalização das lutas internas de adesão e do reconhecimento do Brasil como uma nação emancipada era preciso governar um país marcado pela heterogeneidade de povos, costumes e culturas. Durante o que ficou conhecido como Primeiro Reinado, Dom Pedro I buscou estratégias conforme visto nos parágrafos anteriores para manter seu poder de maneira absoluta, um fator percebido em suas ações como a dissolução da constituinte de 1823, prisão e exílio dos deputados envolvidos e a formação e um conselho de estado que na maioria das vezes legitimava suas escolhas. No próximo capítulo e tópicos será discutido o personagem conhecido com um dos patriarcas da independência, sua biografia e como foi sua atuação política e social em prol do ideal emancipacionista.

3. JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA: O PATRIARCA QUE ESTIMULOU A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822-1825)

Nessa sessão e em seus tópicos serão discutidos os principais aspectos da trajetória histórica de José Bonifácio e Silva e sua participação, bem como influência no incentivo no processo de independência, sua atuação como ministro dos negócios estrangeiros e proximidade com Dom Pedro I e seu tratamento nos livros didáticos durante o final da década de 1960 até o ano de 1998

3.1 : Um pouco da trajetória de vida de José Bonifácio de Andrade e Silva

Ao longo do século XIX Portugal gradativamente perdia poder e influência na Europa e conseqüentemente em suas colônias ultramarinas devido de uma modernização necessária para se equiparar as demais nações europeias em termos de indústrias, intelectualidade e tecnologia. O século XIX foi marcado ainda pelas lutas de independência de inúmeras colônias da América espanhola, essas incentivadas pelas guerras napoleônicas quando Napoleão Bonaparte coloca seu irmão no trono da Espanha, possibilitando o surgimento de um pensamento de ausência real no controle da Metrópole e de suas respectivas colônias. Tais conflitos foram também os responsáveis pelo direcionamento da família real ao sua colônia brasileira em 1808

A independência do Brasil não estava limitada a 7 de setembro de 1822, mas a um conjunto de fatores que começou a ser fortalecido com a transferência da família real para o Brasil e as medidas que Dom João que favoreceram o pensamento da elite provincial em direção ao desejo de autonomia, um fator que gradativamente estava sendo materializada após com a Revolução do Porto e a permanência de Dom Pedro como príncipe regente ao lado de suas ações. Nisso, é correto também procurar compreender a importância de um dos membros atuantes da consolidação da emancipação do Brasil rumo a um novo país livre as amarras de Portugal.

José Bonifácio notabilizou-se não apenas como homem público, mas também como estudioso e pesquisador do mundo natural. Ele participou de viagens científicas, foi sócio de inúmeras sociedades científicas europeias, publicou diversas memórias no âmbito da história natural e administrou espaços governamentais portugueses ligados diretamente à mineração e à agricultura. (Varela et. al, 2004, p.2). José Bonifácio começou sua trajetória como um atuante cientista natural e sócio de entidades científicas, possibilitando inúmeras viagens pela

Europa, na qual serviram de influencias na construção de suas ideias voltadas ao iluminismo esclarecido.

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos, em 1763. Era filho de dona Maria Bárbara da Silva e Bonifácio José de Andrada. O pai era alto funcionário da Coroa, embora também tivesse outras atividades, como o comércio, e possuía a segunda maior fortuna de Santos. Sua instrução primária foi dada pela própria família, destacando-se nessa tarefa seus tios padres, uma vez que as escolas primárias de Santos não tinham um ensino de boa qualidade. (Verela et al, 2004, p.2) Foi para São Paulo com o intuito de receber uma formação que complementasse aquela recebida no âmbito familiar. Nesta cidade, frequentou o curso preparatório mantido por frei Manuel da Ressurreição, o que lhe possibilitou os primeiros contatos com a cultura clássica. Posteriormente recebeu aulas de gramática e retórica, essenciais para ingressar na Universidade de Coimbra, instituição superior de renome na Europa (Sousa, 1957)

José Bonifácio ingressou na Faculdade de Filosofia criada no conjunto das reformas pombalinas com o objetivo de ensinar ciências naturais e ciências físico-químicas, cujo curso regular tinha duração de quatro anos. Não havia qualquer curso preparatório, e no ensino sobressaíam os compêndios de Antônio Genovese, Carl von Linné, Petrus von Musschenbroek e a História natural de Plínio. (Nilza; Silva, 1999). Sobre a sua estadia no curso de Direito:

Durante o período em que estive na universidade, José Bonifácio recebeu uma ampla formação. Na Faculdade de Direito cursou as cadeiras de português, direito natural, história do direito civil romano, elementos de direito romano, elementos de direito canônico, direito civil pátrio e jurisprudência. Na Faculdade de Filosofia, por sua vez, fez as cadeiras de história natural, física experimental, química teórica e prática. E na Faculdade de Matemática frequentou o curso de geometria. No período em que estudou em Coimbra, pôde observar o desleixo com a aplicação das medidas reformistas empreendidas por Pombal. Este fato levou-o a escrever, em 1785, juntamente com Francisco de Melo Franco, outro português natural do Brasil e que lá estudava, um poema satírico intitulado 'No reino da estupidez, em que mestres e cursos recebiam pesadas críticas. (Verela et al, 2004, p.3)

José Bonifácio durante sua passagem pela Europa, especialmente por Portugal entrou em contato com as reformas orientadas pelo despotismo esclarecido do Marques de Pombal serviu as suas concepções incluindo no momento de sua chegada ao Brasil e participação na independência. José Bonifácio era formado em Direito em Coimbra, o que dava conhecimento em torno das leis que regiam Portugal e consequentemente suas colônias, contribuindo na futura criação da constituição de 1824. Apesar de simpatizante das ideias reformistas de

Pombal, Portugal após a morte de Dom José I e na coroação de Dona Maria, tais reformas não foram e nem tiveram o interesse de serem colocadas em prática pelos novos representantes do governo.

De acordo com (Verela et al, 2004) as características percebidas na formação da cientificidade de José Bonifácio era a sua ligação ao Estado e as suas hierarquias, uma maior aproximação com o monarca e sua respectiva aceitação dos ditames régios. O homem das Ciências no Antigo Regime deveria legitimar as ações dos reis, rainhas ou imperadores em troca de reconhecimento, da isenção de impostos, alistamento militar e outras regalias oferecidas. Contrariando o princípio da ciência estabelecida como investigação, crítica e reflexão, esses fatores presentes nas concepções iluministas que surgiram no século XVIII e foram fontes de inspiração para movimentos de independência tanto nas américas, quanto na própria Europa.

O recebimento da bolsa de estudos para a realização da viagem oferecida pelo governo português nos permite afirmar que José Bonifácio acabava por inserir-se na ‘lógica do prestígio’, uma vez que vivia sob a proteção do Estado (por meio de cargos, pensões, mesadas etc.). Ao passar a viver literalmente patrocinado pelos recursos da Coroa portuguesa, passava a ter uma posição privilegiada em sua sociedade, evidenciando uma proximidade com a Coroa, a participação em sua vida e o recebimento de pensões. Privilegiada e dependente (Elias, 1995)

Na França, a nação da ilustração e berço da revolução que findou o absolutismo, foi admitido como membro correspondente da Sociedade Filomática de Paris, em sessão de 29 de janeiro de 1791, da qual era presidente Alexandre Brogniart (1770-1847). Por sua vez, a 4 de março de 1791, foi admitido como membro da Sociedade de História Natural de Paris, onde apresentou a ‘Memória sobre os diamantes do Brasil’, publicada pela primeira vez no ano de 1792, nos Annales de Chimie da mesma sociedade. Uma versão inglesa do mesmo artigo foi publicada no ano de 1797, no Journal of Natural, Philosophy, Chemistry and Arts de Londres. (Verela, 2004).

Após vivenciar uma experiência a partir das viagens de natureza científica que fizeram com que Bonifácio ficasse conhecido em Portugal e em outras partes do mundo para catalogar espécies e recursos minerais na segunda metade de 1819, desembarcava na cidade do Rio de Janeiro como um emérito cientista, cujos trabalhos eram conhecidos e reconhecidos nos fundamentais centros científicos de então. Foi o fundador do curso de geologia em Portugal. Recém jubilado da Universidade de Coimbra, voltava ao Brasil para gozar, na terra onde nascera, Santos, São Paulo, uma almejada e merecida aposentadoria, embora a aposentadoria

tivesse que esperar devido as conjunturas que o Brasil passaria a observar daquele momento em diante. (Silva, 2022)

3.2. José Bonifácio de Andrade e Silva: chegada e atuação no Brasil

José Bonifácio de Andrade e Silva com toda sua experiência acadêmica adquirida em Portugal e na sua viagem a Europa chega ao Brasil proveniente de Lisboa no ano de 1819 que para aqueles que acompanhavam o movimento científico português e do mundo já o reconheciam com uma relevância significativa. Nisso, talento amadurecido no estudo e observação dos homens e das coisas, conhecedor do que se passava entre os estadistas do reino com os quase privara, dispondo de experiência e reflexão que deveria ter adquirido nas viagens do mundo, amigo sincero da Pátria, caráter nobilíssimo, cidadão criterioso e refletido, quem mais no caso de servir de guia aos brasileiros na empresa para que se preparasse do José Bonifácio? (Brasiliana, 1939, p. 18)

As experiências anteriores e a construção e uma carreira acadêmica orientada por estudos jurídicos e científicos foram um dos motivos de escolha de José Bonifácio para assumir cargos de importância dentro do território brasileiro sobre o governo de Dom João VI e posteriormente de Dom Pedro I com sua regência preparando caminho para a independência brasileira. Durante a permanência no Brasil, Dom Pedro na organização das pastas ministeriais entregou a José Bonifácio, o comando do Ministério Reino e Estrangeiros, onde é possível perceber que:

A entrada principalmente de José Bonifácio no Ministério veio a dar-lhe mais unidade, o que foi de grande consequência para a marcha que seguiram os negócios. O seu grande saber, o seu gênio intrépido, o seu caráter pertinaz, que quase chegava a raiar em defeito, contribuíram a fixar a volubilidade do príncipe. E o conhecimento especial, que a estada de tantos anos em Portugal lhe dera desse país, dos seus recursos, do forte e fraco dos seus habitantes e especialmente dos que dirigiram a política em 1821 e 1822, a este respeito principalmente, nenhum outro brasileiro de então lhe levava a palma. Cegava-o por vezes, como a seus irmãos, o muito orgulho, a falta de prudência e o excesso da ambição, bem que acompanhada de muita instrução e natural bonomia; mas a sua vivacidade e o seu gênio entusiasta o levaram a falar demasiado e a ser de ordinário pouco discreto e pouco reservado, como estadista. (Varnhagen, 2010, p.121)

A citação supracitada destaca os aspectos positivos que acompanham a nomeação de Jose Bonifácio para a composição do ministério de Dom Pedro, regente do Brasil como um elo de organização e aceitação da regência de Dom Pedro. Seu conhecimento dos meandros políticos e da capacidade dos recursos de Portugal, visto que passou grande parte de sua vida

pessoal e acadêmica no país, tornaram essenciais quando veio assumir tal cargo de relevância no Brasil. Contudo, a referida citação destaca ainda alguns defeitos que viriam atrapalhar inclusive sua atuação como estadista, a saber, orgulho, ambição desmedida, pouca descrição nos discursos e provavelmente sua falta de traquejo políticos em alguns momentos de suas ações.

Com a partida de Dom João VI para Portugal com o objetivo de assumir o trono sobre uma Monarquia Constitucional em junho de 1821, José Bonifácio articulou um movimento em São Paulo com a ideia de formar um governo provisório paulista nos mesmos moldes da Revolução do Porto, um aspecto que como visto nos parágrafos anteriores foi responsável pela criação e estímulo a independência do Brasil de um ano antes. No dia 23 o Largo São Gonçalo, onde ficava a Câmara Municipal, ficou lotado e, por aclamação do povo e da tropa presentes na praça, elegeu-se o governo provisório de São Paulo. (Assembleia de São Paulo, 2022, p. 5)

José Bonifácio no Brasil como Ministro dos Negócios Estrangeiros e conselheiro de Dom Pedro I estimulava as decisões do Príncipe Regente em criar a iniciativa para a emancipação de Portugal de maneira efetiva, já que as notícias indicavam a exigência do retorno de Dom Pedro a Lisboa comprometendo as conquistas adquiridas até o momento. A declaração dos novos componentes da Câmara foram indicados no Paço Municipal e aceitos pela multidão de fardados e não fardados com o próprio Bonifácio ocupando o cargo de vice governador de São Paulo que comunicando ao Príncipe, esse aprovou em carta regia em 30 de junho de 1821. (Verela, 2004).

O governo de São Paulo, ainda que nominalmente presidido por Oeynhausengrabenbourg, sofreu, desde o início, forte influência de José Bonifácio. Ao contrário do geral das juntas governativas então criadas, que se deixaram atrair por Lisboa e olhavam com desconfiança o governo central do Rio de Janeiro, a de São Paulo foi a primeira a reconhecer e a defender a autoridade do príncipe regente D. Pedro. Assim, é possível observar que as juntas das demais províncias foram criadas sobre a perspectiva de representação do Brasil nas cortes criadas em Portugal, razão pela qual estavam voltadas a uma proximidade maior com Lisboa, sendo que São Paulo foi a primeira a reconhecer a autoridade de Dom Pedro como regente. (Menck, 2019)

José Bonifácio de Andrade e Silva como amigo de Dom Pedro aconselhou o futuro imperador do Brasil independente a convocar uma Constituinte somente depois de verificar a opinião das outras câmaras e do conselho dos procuradores, tendo sido convocada tal constituinte contando com um número de 100 deputados, a qual o próprio José Bonifácio

julgou ser demasiado. (Vernhagen, 2010). José Bonifácio alcançou o maior prestígio político dentro o território nacional. Aos poucos no Brasil, os ventos da independência sobravam e foi José Bonifácio escreveria alguma carta, insistindo acerca da necessidade de romper de uma vez o véu e proclamar a independência.

José Bonifácio cedo percebeu a ação desagregadora das cortes de Lisboa, compreendendo o grave risco de fragmentação do recém-formado Reino do Brasil. Para ele, reconhecer a autoridade de D. Pedro como príncipe regente do Reino do Brasil era o remédio ideal para impedir a fragmentação do país. Reconhecer a autoridade do príncipe regente, no entanto, não significava abrir mão da que lhe cabia para tratar exclusiva e livremente dos negócios internos da capitania. O próprio príncipe regente, em carta a seu pai, reconhecia a influência benfazeja de José Bonifácio em São Paulo: “A vice-presidência foi confiada a José Bonifácio de Andrada, a quem se deve a tranquilidade atual da província de São Paulo” (Menck, 2019, p. 83-84)

As atuações de Jose Bonifácio a frente do Ministério não foram isentas de complicações, oriundas, sobretudo, de seu interesse em punir os que eram considerados seus inimigos devido a necessidade de atender aos preparativos para a aclamação do imperador e, depois dela, das principais providências mais urgentes que deixamos numeradas, deu José Bonifácio tréguas à vingança dos seus ressentimentos contra os que ele chamava de seus inimigos quer pela votação do que faziam contra na maçonaria quer pelas críticas que os jornais realizam. (Vernhagen, 2010, p. 191).

Nesse sentido, a justificativa encontrada para compreender que José Bonifácio de Andrade e Silva de natureza e índole boa cometeu ações consideradas despóticas, na qual Vernhagen (2010) atribui a sua própria experiência como Intendente de Polícia no Porto, bem como a importância de procurar se manter no poder por meio de práticas políticas, embora tidas como perseguidoras. A citação abaixo evidencia as seguintes informações em relação as punições dos seus inimigos.

Foi a sua primeira vítima o redator do Correio do Rio de Janeiro, João Soares Lisboa. A publicação de um artigo elogiando o príncipe por seus sentimentos democráticos, visto não haver no dia 12 concedido títulos e outras mercês, fez que José Bonifácio, no dia 20 do próprio mês de outubro, ordenasse ao Intendente-Geral da Polícia, Desembargador João Inácio da Cunha, que chamasse à sua presença o mesmo redator e lhe “estranhasse as doutrinas que propagava e o obrigasse a assinar termo de suspender a sua publicação e de sair do Império no primeiro navio que saísse para a Europa”. O Presidente da Câmara, José Clemente, recebeu uma insinuação para pedir a sua demissão. O Padre Leça (I) foi mandado sair a vinte léguas da capital, e dois coronéis e vários oficiais foram mandados fora em várias comissões. (Vernhagen, 2010, p. 191-192)

A citação supracitada destaca as principais punições instigadas por José Bonifácio aos seus inimigos ou aqueles que de alguma forma contribuíram com uma possível tentativa de dificultar sua atuação ou denegrir sua índole. O redator do jornal *Correio do Rio de Janeiro* foi concedido a oportunidade de deixar o reino além de eliminar a notícia, exigindo também a demissão de José Clemente. As punições apesar de serem relativamente brandas revelam a natureza não apenas de aceitação de Bonifácio, mas de rigidez com aqueles que desafiam sua autoridade, um fator enriquecido com sua amizade com Dom Pedro que não impôs limitações a tais procedimentos.

Já após a proclamação da independência no dia 2 de novembro de 1822 e a formação do governo da nova nação, José Bonifácio buscava eliminar possíveis críticas ao Império de Dom Pedro I, ordenando ao intendente que houvesse de proceder a uma rigorosa devassa sobre as pessoas já infamadas na opinião pública como facciosas e perturbadoras da ordem, conspirando contra o Governo estabelecido, propagando contra ele atrozes calúnias, e pretendendo excitar entre o povo a discórdia e a guerra civil, derramar o sangue dos cidadãos honrados e pacíficos e cavar até os alicerces a ruína do nascente Império, etc. (Verhangen, 2010, p. 204)

Em fins de fevereiro, foi José Bonifácio nomeado mordomo-mor do palácio, cargo que já exercera interinamente, em várias solenidades anteriores, contra todos os usos da corte portuguesa. Disse-se que o próprio José Bonifácio apreciara essa nomeação de mordomo-mor, para conservar acesso livre junto ao Imperador, a quem estimava como filho, para o caso de que, em virtude de quaisquer ocorrências na Assembleia, tivesse de deixar o Ministério. (Menck, 2019). O cargo mencionado deixava José Bonifácio perto do Imperador, mesmo com o título de cuidador do príncipe herdeiro Pedro de Alcântara, contribuindo que mantivesse sua proximidade com o Imperador por meio de uma amizade estabelecida e acima de tudo um porto seguro.

Pelo respeito a José Bonifácio, o Imperador sempre fez justiça aos seus méritos e serviços. E, embora forçado pelos acontecimentos, lhe desse por alguns anos o ostracismo na Europa civilizada, recompensou-o depois amplamente com o honrosíssimo decreto, em que, com preferência a todos os brasileiros, lhe confiou em 1831, a tutoria de seu filho Pedro II, então com seis anos de idade e penhor das instituições monárquicas e da integridade do Estado do Brasil. (Verela et al 2004)

José Bonifácio foi tendo sua participação no Ministério de Dom Pedro I minando pouco a pouco, um fator percebido na sua minoria na Assembleia e no consequente fortalecimento das atitudes absolutistas do Imperador. A sua relação com Dom Pedro I ficou

tensa após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 por manter atividades limitadoras do Imperador, minada ainda pela influência cada vez mais forte dos seus opositores políticos dentro do ministério.

José Bonifácio de Andrade e Silva era contra a escravidão e acreditava na homogeneização da população brasileira por meio de sua mestiçagem ao mesmo tempo em que acreditava na civilização do indígena. Um dos motivos de seu conflito com Padre Feijo estava justamente na defesa desse da escravidão, na qual acreditava que esta instituição mantinha a tranquilidade no Brasil, visto que não era interessante para o personagem supracitado a existência do proletariado, encarado como uma fonte de desordem provavelmente devido as experiências sindicais ocorridas na Europa no decorrer do século XIX.

Apesar de José Bonifácio abominasse a escravidão, julgava que apenas o Parlamento brasileiro poderia regular a questão. “O Brasil não pretende imiscuir-se na política tortueuse da Europa, e não permitirá que esta tenha aqui a menor ingerência”, havia declarado quando ministro. Ademais, o tratado permitia à Inglaterra participar da repressão ao tráfico, o que significava permissão prévia para a marinha inglesa apreender em alto-mar navios brasileiros, levando as suas respectivas tripulações às barras dos tribunais, em terras estrangeiras, por pirataria. (Menck, 2019, p.171)

Nisso, a citação supracitada evidencia nas palavras de José Bonifácio a legitimidade da Inglaterra em invadir o território brasileiro, embora com o pretexto de manter a escravidão longe das águas brasileiras por meio de seus navios contrariando a ideia de que a Europa teria pouca influência nos assuntos de Estado do Brasil. José Bonifácio mesmo com o discurso de ausência de interferência europeia, a luta contra a escravidão colocava o Brasil ao menos na mira dos navios inglesas que patrulhavam as águas impedindo o fortalecimento do tráfico de escravos.

4 - JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE NAS PAGINAS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Nessa sessão e em seus respectivos tópicos, bem como subtópicos foi apresentada a importância do livro didático como instrumentos de ensino e aprendizagem para a disciplina de História do Brasil e geral, os resultados da análise realizada nos quatro livros didáticos de História entre os anos de 1961 até 1967 em torno da abordagem de Jose Bonifácio de Andrade e Silva enquanto personagem e representante do processo e consolidação da independência do Brasil.

4.1. Os livros didáticos e sua importância no ensino e aprendizagem de História

Os livros didáticos como instrumentos de aprendizagem que devem ser utilizados pelos professores como forma de orientar seu ensino na sala de aula no intuito de estimular o desenvolvimento do aluno, contudo, sem abandonar a concepção de que o livro didático é um material de apoio com o docente tendo que inovar as atividades relacionadas aos conteúdos das diferentes disciplinas ensinadas nas instituições escolares espalhadas pelos quatro cantos do Brasil.

O livro didático faz parte da cultura e da memória visual de muitas gerações e, ao longo de tantas transformações na sociedade, ele ainda possui uma função relevante para a criança, na missão de atuar como mediador na construção do conhecimento. O meio impresso exige atenção, intenção, pausa e concentração para refletir e compreender a mensagem, diferente do que acontece com outras mídias como a televisão e o rádio, que não necessariamente obrigam o sujeito a parar. O livro, por meio de seu conteúdo, mas também de sua forma, expressa em um projeto gráfico, tem justamente a função de chamar a atenção, provocar a intenção e promover a leitura. (Freitas; Rodrigues, 2008,)

O livro didático é um material construído considerando na maioria das vezes o contexto político e cultural da sociedade, ou seja, não deve ser compreendido como um produto neutro, pois neste está implicado ideologia, interesses e os conhecimentos científicos acumulados pelo ser humano. Desse modo, para Bittencourt (2004), os livros didáticos, os mais usados instrumentos de trabalho da “tradição escolar” de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos. Trata-se de objeto cultural de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso, é possível identifica-lo, diferenciando-o de outros livros. Com isso, entende-se que os livros didáticos possuem uma forma de classificação e

organização a partir dos conhecimentos selecionados, jogo de interesses e manifestações culturais.

De acordo com Ferreira; Franco (2008), o livro didático é uma fonte de pesquisa no contexto do ensino de história no Brasil. Suas abordagens didáticas são reveladoras de representações e valores sociais, morais, patrióticos e cívicos predominantes em certos momentos de nossa História, e por isso veículos de circulação de valores que se desejava que fossem ensinados. O livro didático, especialmente os de História ao serem analisados podem permitir constatações em torno dos conteúdos que são dados mais prioridade e o sentido político por traz das entre linhas.

Os livros didáticos são perecíveis, estão à mercê das mudanças dos programas curriculares e a partir da década de 1960, a evolução econômica, social, técnica e cultural ao lado desenvolvimento da massificação do ensino e o recurso das novas tecnologias, favoreceu a renovação da produção, o aumento e a diversificação da oferta editorial. A trivialidade, a abundância e a ampla difusão da produção escolar não convencem bibliotecários da necessidade de conservação desse material, que só perde para os jornais no que diz respeito ao consumo de papel. Até a década de 1960 não havia bibliografias nem catálogos dedicados especificamente à literatura escolar (Choppin, 2017).

Schmidt (2004) afirma que houve transformação das formas de ensinar história ao longo do tempo, da sua criação e consolidação como disciplina escolar, das reestruturações curriculares atuais que influenciaram o ensino de história e as finalidades do ensino desta disciplina. O ensino de História evolui com o passar do tempo, de uma história que tratava de proteger a memória, sobretudo de personalidades ilustres até conteúdos que tratassem de aspectos da cultura de civilizações e povos humildes e esquecidos, tais como; afrodescendentes, indígenas e operários.

4.2 Os livros didáticos de História do Brasil analisados em torno de Jose Bonifácio de Andrade e Silva

4.2.1 José Bonifácio de Andrade e Silva nas páginas do compêndio de História de Alfredo Taunay e Roberto Accioli

Nesse sentido, é preciso descrever como os conteúdos de História do Brasil eram ensinados, bem como sua composição, especialmente a maneira como José Bonifácio de Andrade e Silva era tratado e conseqüentemente os assuntos em torno de sua participação na

independência do Brasil eram abordados. Para tanto foi necessário adentrar os livros didáticos de História inicialmente o compêndio de História dos autores Alfredo Taunay e Roberto Accioli publicado em 1961, um material que foi utilizado para os estudos de admissão ao segundo grau no ano de 1961 que possui uma estrutura tradicional com a organização em capítulo, apesar de não numerados e seus respectivos tópicos.

A partir da página 67 o conteúdo da independência do Brasil é elencada, contando conhecimentos de fatores já abordados nessa monografia em torno do processo de emancipação brasileira, a derrota de Napoleão em definitivo e seu exílio imposto, a Revolução Pernambucana que acirrou os ânimos entre portugueses e brasileiros, a Revolução do Porto que estabeleceu uma Constituição a Portugal como uma influencia dos novos rumos da Europa. José Bonifácio de Andrade e Silva é evidenciado na página 69 e enaltecido como figura mais importante do Brasil independente e responsável por tal condição, onde na citação abaixo afirma que:

José Bonifácio orientou sua política no sentido ele unir os brasileiros e ele impedir que as medidas tomadas pelo govêmo de Lisboa contra o Brasil tivessem êxito. José Bonifácio de Andrada e Silva, oriundo de velha família paulista, nasceu em Santos e formou-se em Leis e Filosofia na Universidade portuguesa de Coimbra. Depois de proveitosa excursão científica pela Europa, foi nomeado professor de Metalurgia da referida universidade. Regressando ao Brasil depois da transmigração da família real, teve importante participação nos acontecimentos políticos, o que lhe valeu o honroso cognome ele "Patriarca da Independência". O Brasil independente foi ministro de D. Pedro I, mas tornou-se depois ferrenho oposicionista e terminou sendo prêso e exilado. Quando, em 1831, D. Pedro I abdicou, nomeou-o tutor dos seus filhos, dando-6 méritos. (Taunay; Accioli, 1961, p.69)

Desse modo, a citação supracitada do livro analisado deixa claro certo saudosismo em torno da figura de Bonifácio como patriarca da independência, legando uma relevância como um dos construtores do Brasil. Na citação é possível observar uma biografia do autor e sua realização como ministro de Dom Pedro I, sua prisão e exílio até seu perdão pelo Imperador que o contrata como tutor de seus filhos, destacando novamente o saudosismo com o termo “grande confiança” Assim, o livro nas páginas de Bonifácio traz mais detalhes, embora como uma carga de parcialidade.

O livro discorre sobre o manifesto de 6 de agosto dirigido por José Bonifácio às nações amigas, convidando-as a entrar e manter relações comerciais e políticas com o Brasil e enviar-lhe agentes diplomáticos, destacando o interesse do Brasil em separar de Portugal, mesmo com a ideia presente no manifesta do interesse em se manter como reino irmão de

Portugal. (Taunay; Accioli, 1961, p.76). A citação destaca detalhes sobre Jose Bonifácio, mas sempre vinculado a concepção de relevância de patriarca da independência concedido ao personagem.

4.2.2 História do Brasil de A. Souto Maior e Antônio José Hermida: menções a José Bonifácio de Andrade e Silva

No livro de História do Brasil de 1968 de A. Souto Maior a menção a José Bonifácio com no livro analisado anteriormente é percebida na página 249, mas na página 254 é observado que informações sobre José Bonifácio são mais detalhadas, incluindo as críticas e hostilidades diante de seu ministério com os membros do mesmo. Na referida página já é possível perceber uma historiografia em relação a José Bonifácio sobre suas atitudes que valeram resistência a seu ministério, tais como perseguições e deportações a deputados que não fossem a favor de sua política. A citação abaixo destaca esses fatores que fizeram gradativamente Bonifácio ser exilado.

Temia José Bonifácio as ideias republicanas de seus companheiros e promoveu severa perseguição aos que não se submeteram a sua orientação política. Receava o ministro de D. Pedro que a futura Assembléia Constituinte, funcionasse da mesma maneira que as Côrtes de Lisboa, isto é, colocando o monarca em posição nitidamente secundária, pois práticamente, era quase nula a autoridade de D. João VI em Portugal. Estava também convencido o grande político paulista de que lhe seria impossível consolidar a independência sem um clima de autoridade e de ordem. Aos liberais, contudo, não agradava a idéia de um imperador absolutista e muito menos a de um ministro onipotente. José Bonifácio chegou a fechar a Maçonaria, a quem tanto devia a Independência, fundando então uma sociedade secreta o Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz. José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa e Nóbrega Coutinho foram deportações para a França Gonçalves Lêdo, para não ser prêso, fugiu para Buenos Arres. (Maior, 1968, p.254)

A citação supracitada destaca os elementos que foram contribuindo nas ações de Jose Bonifácio como um déspota diferente da concepção de patriarca da independência, na qual seu ministério foi marcado pelas críticas as ideias republicanas, onde o personagem não aceitava os fatores que organizavam essa forma de governo, limitação do poder do Imperador e a democracia na escolha das lideranças. Outro aspecto que evidencia tal atitude é a não aceitação da Assembleia Constituinte que deveria funcionar tendo como exemplo as cortes de Lisboa. O livro trás uma abordagem relativamente aprofundada de José Bonifácio ao afirmar seu papel no fechamento da maçonaria, uma instituição que teve considerável contribuição na emancipação do Brasil.

O livro apresenta ainda a oposição ao Imperador, na qual é possível perceber atritos na relação entre ambos. Os Andradas na oposição passaram a combater tenazmente o governo do Imperador não somente na Assembleia, mas, sobretudo no Tamoio, jornal que fundaram em agosto de 1823, e cujo título, nome de uma tribo famosa pela aversão que tinha aos portugueses, mostra claramente sua orientação. O Tamoio era muito bem redigido, mas os princípios democráticos que nele advogavam os Andradas contrastavam com aqueles que seguiram durante seu ministério. (Maior, 1968, p.254).

No jornal Tamoio uma contradição é observada na estrutura e redação do jornal com a existência de princípios democráticos, fator que não havia na política ministerial de Bonifácio. Nisso, se os irmãos Andrade estiveram dispostos a criar um jornal para críticas a Dom Pedro I revela uma insatisfação com suas ações no Brasil independente, visto que de acordo com sua mentalidade, o Imperador não estava realizando o papel de um líder essencialmente brasileiro.

Durante a regência com a abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho Pedro de Alcântara José Bonifácio recuperara parte do grande prestígio político que tivera anteriormente, ao ser nomeado tutor do futuro Pedro II. Violento, odiado por muitos, agradecido a D. Pedro I por tê-lo escolhido tutor de seu filho, o velho Andrada conspirou seguidamente contra a Regência, tornando-se a figura mais importante do partido Restaurador ou Caramuru. (Maior, 1968). O livro destaca o papel de José Bonifácio como proeminente lealista do Imperador Dom Pedro I, mesmo depois de sua abdicação a frente do partido restaurados ao menos até morte do Imperador.

Durante a regência do Brasil José Bonifácio ainda enfrentava problemas com o regente Feijó, afirmando sua responsabilidade pela revolta que irrompera no Rio de Janeiro, a 3 de abril de 1832; e a fonte de muitas intrigas políticas. Debelada a revolta, exigiu Feijó que José Bonifácio fosse destituído do cargo de tutor ameaçando: "ou José Bonifácio deixa a tutoria, ou eu deixo a pasta da justiça." Embora a Câmara fosse favorável a demissão de José Bonifácio, no Senado, mais conservador e onde os Andradas ainda tinham prestígio, o projeto de destituição foi rejeitado por maioria de um voto apenas. Dois dias depois Feijó demitia-se. (Maior, 1968, p.284)

O conhecimento sobre o conflito entre Bonifácio e Feijó é descrito também no livro de Antônio José Borge Hermida também de 1968 a partir da unidade XIV e Unidade XV, já no capítulo que trata do período regencial brasileiro ao afirmar que em abril de 1832, revoltaram-se os restauradores. José Bonifácio, por pertencer ao partido, estava comprometido

no movimento e, por isso, achava Feijó que ele não podia mais ser tutor do monarca. A Câmara dos Deputados aprovou a proposta do ministro da Justiça para demitir José Bonifácio desse cargo, mas o Senado rejeitou-a pela maioria de apenas um voto. Então, desgostoso, Feijó deixou o ministério; entretanto, no ano seguinte, também era demitido José Bonifácio do cargo de tutor, sendo nomeado, para substituí-lo, o Marquês de Itanhaém. (Hermida, 1968, p.224)

No livro supracitado, José Bonifácio no decorrer da regência brasileira também foi descrito, embora não com tanta força quanto antes na época de Dom Pedro I, mas mantendo certo prestígio, o que gerava descontentamento entre os regentes, especialmente do Padre Antônio Feijó. Nas informações do livro, José Bonifácio não é representado somente como um salvador da independência, mas com um homem que devido a proximidade do Imperador e dos princípios relativamente absolutistas alcançou o poder e passou a limitar a resistência em torno de suas críticas.

D. Pedro e José Bonifácio pessoalmente estavam "convencidos da inconveniência do tráfico", porém julgavam que a abolição deveria ser feita quando fosse aumentada a população branca do país e a agricultura não mais corresse perigo de um colapso econômico com a supressão do braço escravo. Continuou, pois, o tráfico e durante o ano da Independência entraram oficialmente no Brasil 20 483 escravos. Em 1823, no auge da pressão inglesa, 29 211. (Maier, 1968). O livro de Antônio Maier evidenciava ainda a participação e defesa de José Bonifácio ao lado de Dom Pedro I na defesa da abolição da escravidão, contudo de maneira lenta e gradual, mantendo o interesse apenas com o aumento do número de brancos no Brasil, uma questão que só foi resolvida em 1888 com a assinatura da lei Aurea.

4.2.3- O livro de História Brasil de Claudio Vicentino em relação a José Bonifácio de Andrade e Silva

Outro livro analisado foi o de Claudio Vicentino a partir da análise do exemplar História do Brasil em parceria com Gianpaolo Dorigo de 1997, onde na capa é possível visualizar na capa elementos da cultura brasileira e dos principais aspectos da História do Brasil, os indígenas, os escravos negros e uma das cidades importantes do país, Rio de Janeiro. O livro apresenta a divisão clássica por unidades e capítulos evidenciando exclusivamente os fatores que participaram da construção do Brasil desde período tratado anteriormente como pré-história brasileira até os momentos atuais vivenciados pela nação

brasileira.

Quanto a José Bonifácio, o livro didático em questão aborda de uma forma já conhecida sua participação na independência do Brasil, mas não especifica sua concepção como patrono nacional. O livro deixa claro que José Bonifácio era contra a democracia, embora defendesse a limitação do poder imperial na Constituição de 1823, tendo sido ao lado de seu irmão exilado. O que destaca que gradativamente as informações pontuais e detalhadas sobre certos personagens da independência permanecem limitadas, evidenciando um conhecimento mais objetivo.

No livro de Boris Fausto de 1996, na qual o autor afirma que o escrito é destinado a alunos do 2º grau e de estudantes de ensino superior em geral já é possível perceber a partir da página 81 que aborda a independência informações detalhadas sobre esse período da História do Brasil, especialmente em torno de José Bonifácio de Andrade e Silva e sua participação nesse processo. A primeira menção ao personagem é visto no referido livro quando o autor destaca que a formação de um novo ministério foi necessária com o dia do Fico, mas com a chefia de um brasileiro, a saber, José Bonifácio de Andrade e Silva. (Fausto, 1996)

O autor supracitado destaca que não é fácil rotular o pensamento de José Bonifácio. Defendia idéias progressistas no campo social, como a gradativa extinção do tráfico de escravos e da escravidão, uma reforma agrária e a livre entrada de imigrantes no país. Politicamente, era um liberal conservador, adversário das "esfarrapadas bandeiras da suja e caótica democracia", como disse em certa ocasião. Considerava adequada para o Brasil a forma monárquica de governo, sustentada por uma representação dos cidadãos restrita às camadas dominantes e ilustradas.

A chegada de despachos de Lisboa que revogavam os decretos do príncipe regente, determinavam mais uma vez seu regresso a Lisboa e acusavam os ministros de traição deu alento à ideia de rompimento definitivo. A Princesa Dona Leopoldina e José Bonifácio enviaram às pressas as notícias ao príncipe, em viagem a caminho de São Paulo. As recomendações ao portador de que arrebetasse uma dúzia de cavalos se fosse preciso, para chegar o mais rápido possível, indica o interesse de José Bonifácio em apressar a independência brasileira e fazer de São Paulo o cenário de uma ruptura final. (Fausto, 1996, p.84).

Nas citações supracitadas é possível perceber que o conhecimento abordado em relação a José Bonifácio está além daqueles encontrados em livros didáticos de História

convencionais, visto a quantidade de informações sobre essa personalidade diferente do livro anterior de Claudio Vicentino. O livro de Boris Fausto pode ser encaixado como um artigo de apoio de estudos, onde os aspectos de História do Brasil, incluindo a questão da independência e a participação de José Bonifácio. O livro apresenta o personagem não exaltando sua atuação no processo de emancipação e construção do Brasil independente, embora destaque sua importância.

Os três livros analisados a medida que o recorte temporal se aproximava trouxeram conhecimentos relevantes sobre José de Bonifácio de Andrade e Silva, embora houvesse diferenças nos dois primeiros compêndios analisados, destacando a figura de Bonifácio como uma personalidade relevante na independência brasileira, ou seja, como um dos essenciais na formação do Brasil independente. O livro de Claudio Vicentino, aborda José Bonifácio ausente de tanto enaltecimento, apesar da sua importância com um dos representantes da independência ser mantida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia brasileira, mesmo tendo influenciando ao longo de sua trajetória pela nova historiografia pela Escola dos Aneles e a Nova História Política mantinha fatores relacionados aos personagens que na perspectiva dos historiadores foram responsáveis pela construção do Brasil, no caso dessa monografia, José Bonifácio de Andrade abordado como patrono da intendência do Brasil e consequentemente da busca pela centralização do poder nas mãos do Imperador, contudo com ressalvas a partir de novas pesquisas em torno do referido personagem, especialmente sobre as críticas que havia recebido por aqueles que não concordavam com seu ministério.

Os conteúdos tratados sobre a independência do Brasil afirmam que o processo ocorreu de maneira efetiva a partir da vinda da família real para o território brasileiro ainda como uma colônia de Portugal que promoveu diferentes transformações inclusive com a elevação do Brasil a categoria de Reino Unido de Portugal e Algarve, eliminando sua condição de colônia. Além desses aspectos, a Revolta do Porto e sua busca pelo retorno do recolonização do Brasil, onde já tendo como governante regente, o Príncipe Dom Pedro, esse começa prática ações que limitam as atitudes de Portugal dentro do território brasileiro, tais como: cumpra-se. Nesse contexto, José Bonifácio de Andrade ao lado de deputados brasileiros incentiva a criação e fortalecimento da emancipação do Brasil em relação a

Portugal e construir uma nação independente.

Os quatro livros de História do Brasil analisados, embora discorressem sobre o mesmo tema de José Bonifácio seguindo a temporalidade de cada livro foi possível perceber que haviam informações simples e objetivas em torno de José Bonifácio, bem como saudosismo pela sua participação na independência e na escolha como tutor dos filhos de Dom Pedro I no livro de 1961 e informações que ultrapassam os limites do assunto de independência até o período regencial com José Bonifácio, sendo perseguido devido a sua atuação no partido restaurador. Os dois livros de 1968 e 1996 destacam conflitos e fatores que estimularam a transformação de Bonifácio em um déspota a verso aos princípios democráticos e de limitação do poder imperial.

Os livros de História do Brasil que foram pesquisados de acordo com o recorte temporal de 1968-1997 evidenciavam conhecimentos relacionados a José Bonifácio sobre a independência do Brasil gradativamente foram inseridas informações que não tratavam somente de saudosismo, mas também dos questionamentos diante de sua relação com Dom Pedro I, enquanto Imperador do Brasil, sua ruptura e posteriormente exílio, sua participação como tutor de Pedro de Alcântara, ou seja, a medida que os livros se aproximam da década de 90 foi possível perceber obstáculos enfrentados a sua gestão e os desafios que o fizeram se tornar crítico do Imperador, apesar de ter sido nomeado como tutor de seu filho e perseguido pela regência.

Desse modo, essa pesquisa não esgota na monografia, mas abre diversas oportunidades de compreensão sobre personagens históricos brasileiros estudados nos livros didáticos de História do Brasil por meio de pesquisa em torno de sua abordagem nos livros atuais de História e sua ressignificação de participação na historiografia brasileira. José Bonifácio de Andrade, com sua importância para o Brasil novos estudos em articulação com outras fontes a serem reveladas podem superar abordagens saudosistas e manter uma pesquisa pautada numa crítica e reflexão das contribuições e questionamento vivenciados por tais personalidades na História brasileira.

6. FONTES

RIO DE JANEIRO. **A contrariedade pelo Povo**. Ano 1848. Edição 00001

BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Bicentenário da**

Independência. Acervo Histórico. Ano VII – no 29 – agosto/setembro/outubro de 2022
BITTENCOUTT, Circe. **O saber histórico em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004.

CABRAL, André. **Revolução Pernambucana de 6 de março de 1817:** as teses sobre a emancipação política de Alagoas 16 de setembro 1817.

<http://andrecabralhistoria.blogspot.com.br/2013/09/revolucao-pernambucanade-6-de-marco-de.html>. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional 1830-1889**, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lília Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 296 p.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 351 p.

CHOPPIN, A. Os livros didáticos de ontem a hoje: o exemplo da França. In. MOREIRA, K. H.; HERNANDÉZ DÍAZ, J. M. (Org.). **História da educação e livros didáticos.** Campinas-SP: Pontes Editores, 2017, p. 81-124.

ELIAS, Nobert **A sociedade de Corte.** 1995 Lisboa, Editorial Estampa

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. **O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo.** Disponível em:

https://ceres.udesc.br/arquivos/portal_antigo/Seminario18/18SIC/PDF/074_Neli_Klix_Freitas.pdf. Acesso em: 29/01/2025

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Os desafios do ensino de história.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.21, n.41, p.79-93, jan.-jun. 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A família real no Brasil política e cotidiano (1808-1821).** São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2015

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **Consolidação da Independência (1822 – 1825).** Cadernos ASLEGIS | 63 2o Semestre 2022

NOBREGA, Beatriz Oliveira da. **Independência do Brasil:** fatos ocasionalmente não mencionados entre 1817 e 1824, 2022 Disponível em:

[https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/13708/1/-](https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/13708/1/-%20Artigo%20Cient%C3%ADfico%20-%20A1%20Nobrega.pdf)

%20Artigo%20Cient%C3%ADfico%20-%20A1%20Nobrega.pdf. Acesso em: 26/01/2025

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

PIMENTA, João Paulo. **As Guerras de Independência do Brasil:** notas sobre sua história e historiografia. Almanack, Guarulhos, n.31, ef00622, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/alm/a/tHBfvVHnmVTqhTvBM3mxSjy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26/01/2025

PINTOS, Lucas Gomes Carvalho. **A Revolução Liberal do Porto de 1820 na historiografia da independência.** Revista TEL, Irati, v. 12, n.1, p. 26-47, jan./jun. 2021.

SILVA, Nizza Maria da. **A cultura luso-brasileira:** da reforma da universidade à Independência Brasil. Lisboa, Editorial Estampa. 1999

SILVA, Isabel Corrêa da. **Comment peut on être Brésilien?** José Bonifácio e os paradoxos de um império atlântico. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 23, n. 51, p. 786-803, set./dez. 2022.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/45FFHMfPQhhMfg3f6X5KYqd/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 26/01/2025

SÔNEGO, Marcio Jesus Ferreira. **A fotografia como fonte histórica.** Historia, Rio Grande – RS, v. 1, n. 2, p. 113-120, 2010.

SOUSA, Jane Bezerra. **Reflexões sobre o uso do jornal como fonte para a história da educação piauiense.** Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 1, n. 3, p. 132-148, set./dez. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/index>. Acesso em: 06/10/2023

SOUSA, Octavio **História dos fundadores do Império do Brasil:** José Bonifácio de Andrada e Tarquínio de Silva, vol. I. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004;

SCHWARCZ, Lilia M., AZEVEDO, Paulo César de e COSTA, Ângela Márquez da. **A longa viagem da biblioteca dos reis:** do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 2002

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da independência do Brasil.** Edições do Senado Federal – Vol. 137. Brasília – 2010

VARELA, A. G.; LOPES, M. M. e FONSECA, M. R. F. da: **‘As atividades do filósofo natural José Bonifácio de Andrada e Silva em sua “fase portuguesa” (1780-1819)’.**

História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. 11(3): 685-711, set.-dez. 2004

ANEXOS

Figura 3- História do Brasil para o exame de admissão



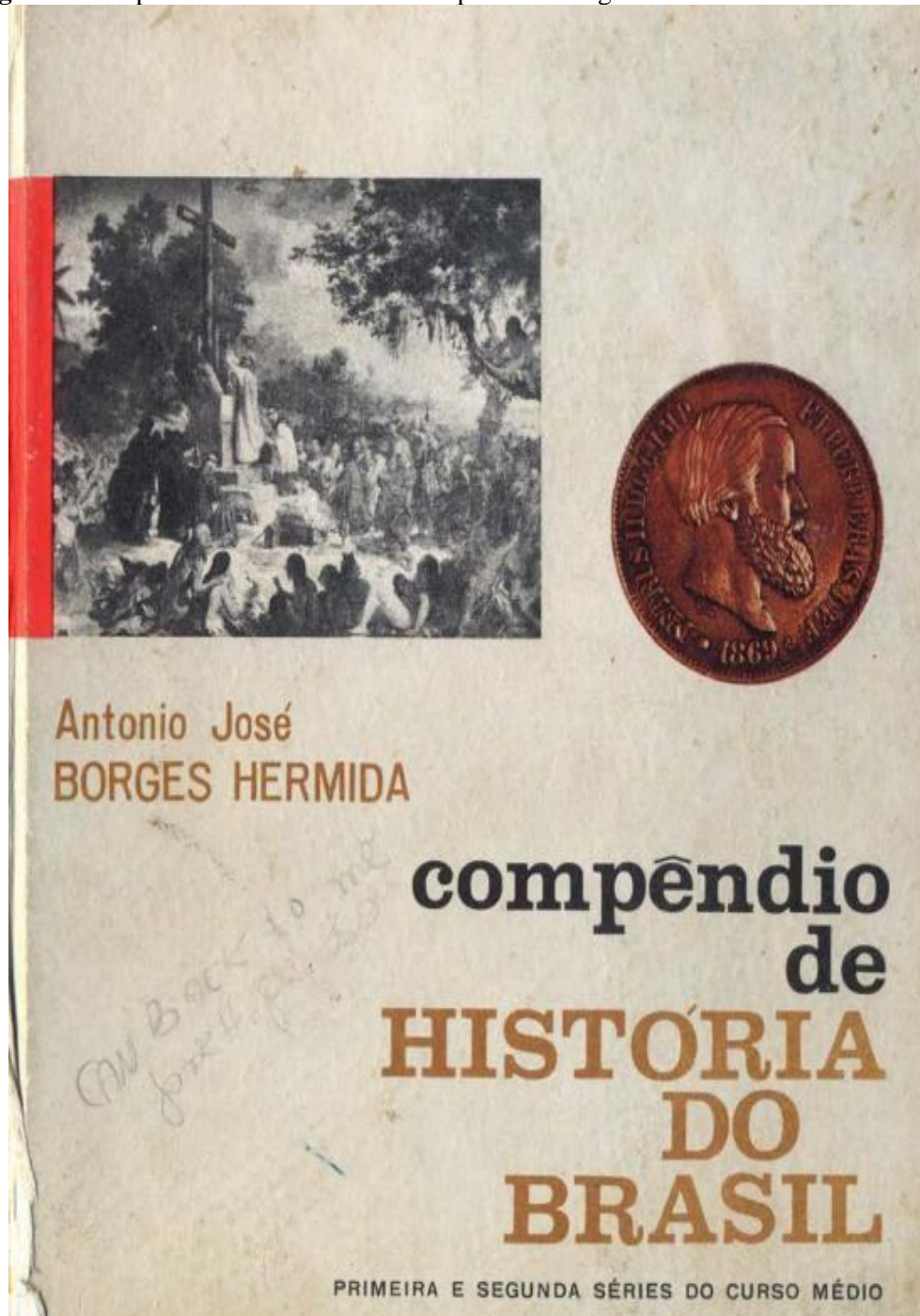
Fonte: TAUNAY, Alfredo D'E; ACCIOLI, Roberto. História do Brasil para o exame de admissão. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1961

Figura 4 História do Brasil



Fonte: SOUTO Maior, Jorge Luis. História do Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1968

Figura5- Compêndio de História do Brasil: primeira e segunda series do Ensino Médio



Fonte: HERMIDA, Antônio José Borges. Compêndio de História do Brasil: primeira e segunda series para o Ensino Médio. 53° Ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1968